



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 01.614.225/0001-09

Ofício nº 262/2024-GP

Sapezal-MT, 07 de novembro de 2024.

À Câmara Municipal de Sapezal – MT

Assunto: Resposta ao Requerimento n.º06/2024.

Excelentíssimos Vereadores,

Sirvo-me do presente, para em resposta ao Requerimento N.º 06/2024, de autoria do Vereador Antônio Rodrigues da Silva, expor o quanto segue.

As informações solicitadas no Requerimento n.º 06/2024, possuem como esteio as supostas irregularidades narradas nos autos da Ação de investigação Judicial Eleitoral por Abuso de Poder Político, Econômico e no Uso dos Meios de Comunicação e Conduta Vedada com Tutela Antecipada, proposta por ELEICAO 2024 RONALDO DE OLIVEIRA PREFEITO, ELEICAO 2024 DAVI MACHADO VICE-PREFEITO, ELEICAO 2024 RAFAEL EVANGELISTA DA SILVA PREFEITO, distribuída sob o n.º 0600460-54.2024.6.11.0042.

Primeiramente, vislumbra-se que tal intento na esfera judicial não passa de lamentação interminável, pautada em meros devaneios, daqueles que não lograram êxito no pleito eleitoral, visando macular a vitória expressiva que a chapa vencedora obteve nas urnas, 71,72% o que corresponde a 9.652 votos.

Superado o pequeno introito, passamos a esclarecer a esta Egrégia Casa de Leis e a população Sapezalense os fatos elencados no Requerimento n.º06/2024.

“FATO 01: PROPAGANDA INSTITUCIONAL DURANTE O PERÍODO VEDADO CUSTEADO PELO PODER PÚBLICO – CONTRATAÇÃO DA TV LOCAL E REPASSE DE VERBAS PÚBLICAS SUPERIORES A 200 MIL REAIS PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS, PROGRAMAS, OBRAS E SERVIÇOS (alegação descrita nas folhas 06/22 da exordial)”

Em 06 de maio de 2024 a Prefeitura Municipal de Sapezal realizou o pregão presencial com registro de preço n.º 017/2024 que teve por objeto a **contratação de empresa especializada na prestação de espaço em televisão por minutos com programação local para divulgação das ações e projetos do município.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 01.614.225/0001-09

No referido certame sagrou-se vencedora a empresa JC COMUNICAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, totalizando um valor **estimado** de R\$ 514.800,00 (quinhentos e quatorze mil e oitocentos reais).

Importante esclarecer que o valor de R\$ 514.800,00 (quinhentos e quatorze mil e oitocentos reais) corresponde a 1.750 minutos, **que é o total máximo estimado para utilização em 12 (doze) meses**, a Prefeitura Municipal pagará somente pelo quantitativo de minutos utilizado a cada mês.

Ressalta-se que após o período proibitivo legal a propaganda institucional pode acontecer normalmente.

Consta na Ação de investigação Judicial Eleitoral - AIJE, em explanação confusa e desordenada, que a empresa JC COMUNICAÇÃO E SERVIÇOS LTDA. recebeu R\$204.042,00 para publicação de matéria institucional às vésperas e durante o período vedado pela legislação eleitoral.

A informação contida nos autos da AIJE é FALSA.

O valor total pago para a empresa JC COMUNICAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, referente a Ata de Registro de Preço n.º 079/2024 que tem por objeto a prestação de espaço em televisão por minutos, **com vigência a partir de 08/05/2024**, foi de R\$ 55.835,89 (cinquenta e cinco mil oitocentos e trinta e cinco reais e oitenta e nove centavos), **referente aos serviços prestados até a data de 05/07/2024.**

O montante mencionado na AIJE, refere-se ao **TOTAL** de valores pagos à empresa JC COMUNICAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, em relação as seguintes Atas de Registro de Preço:

- Ata de Registro de Preço n.º 082/2023, prestação de espaço em televisão por minutos, **vigente até 14/04/2024;**
- Ata de Registro de Preço n.º 061/2024, serviços de locação de tendas, mesas e cadeiras, vigente até 23/04/2025 e,
- Ata de Registro de Preço n.º 079/2024, prestação de espaço em televisão por minutos, **vigente até 08/05/2025.**

Consta em anexo, em mídia digital, os processos de pagamento à referida empresa.

As matérias veiculadas pela TV SAPEZAL durante o período vedado, ou seja, a partir de 06/07/2024, ocorreram por liberalidade da mesma, não houve qualquer ingerência do Poder Público Municipal, tampouco foram custeadas com recursos públicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 01.614.225/0001-09

“FATO 02: DA UTILIZAÇÃO DE SERVIÇOS (SERVIDORA E EMPRESA DE COMUNICAÇÃO) (FOLHAS 32-34 DA EXORDIAL)”

A empresa MAGGIC SERVICOS DE COMUNICACAO LTDA, que possui em seu quadro societário a servidora pública municipal Jackieline Maggi Ananias, participou no ano de 2023 do Chamamento Público n.º 02/2023 que teve por objeto a seleção de projetos culturais audiovisual para receber apoio financeiro mediante recursos do Governo Federal, repassados por meio da Lei Complementar n.º 195/2022 (Lei Paulo Gustavo).

A referida empresa teve o seu projeto cultural contemplado e firmou o Termo de Fomento na data de 12/12/2023, com vigência até 31/12/2024.

Conforme consta do Edital de Chamamento Público n.º 02/2023, item 04, não houve impedimento para a servidora realizar a sua inscrição e participar do Chamamento Público.

O Edital foi elaborado em consonância com todas as disposições do Decreto Federal n.º 11.453/23, que dispõe sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura.

Referente ao empenho realizado no ano de 2024 para a referida empresa, informamos que a contratação não foi finalizada e consequentemente não houve a prestação do serviço, motivo pelo qual não há registro de pagamento.

Inobstante, é necessário mencionar que não há vedação de que servidores nomeados para ocupar cargos em comissão tenham empresas em seu nome, a Sra. Jackieline é uma das sócias da empresa Maggic Serviços de Comunicação Ltda, o que pressupõe que ela não seja a única a prestar os serviços oferecidos.

Ademais, a contratação de empresas que tenham servidores como sócios dirigentes, apenas é vedada nos casos em que os estes servidores ocupem cargos de direção/chefia ou que tenham poder de ordenar despesas na mesma Secretaria em que a contratação for realizada.

Consta em anexo, em mídia digital, a documentação pertinente.

“FATO 03 – UTILIZAÇÃO DE SERVIDORES DA CAMPANHA ELITORAL DURANTE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE – UTILIZAÇÃO DA SERVIDORA THAYNA MARTINS MACHADO COMO APRESENTADORA DAS PROPAGANDAS POLÍTICAS DURANTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 01.614.225/0001-09

O EXPEDIENTE – PRESENÇA DA SECRETÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO JOCELIA FERREIRA DA SILVA EM REUNIÃO POLÍTICA DURANTE O EXPEDIENTE – UTILIZAÇÃO DO SERVIDOR VARLEY SANTIAGO COMO COORDENAÇÃO DE CAMPANHA DOS CANDIDATOS A VEREADORES. (folhas 24-31 da exordial)”

Mais uma vez os proponentes da AIJE devaneiam pelo bosque das ilusões perdidas.

Ora, Nobres Vereadores, não é necessário ser alguém possua “expertise” em Legislação Eleitoral para saber que é proibido ceder servidor público ou usar de seus serviços para comitês de campanha eleitoral de candidato, partido político ou coligação, durante o horário de expediente, tal vedação também está prevista no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei n.º 1.035/2013.

Art. 132 Ao servidor é proibido:

XV - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XVII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

No entanto, tal prática é possível se o servidor estiver licenciado.

Trazemos à memória dos Nobres Edis, que no Pleito Eleitoral de 2020 servidores municipais, **devidamente licenciados**, também trabalharam na campanha eleitoral deste subscritor, como por exemplo a Servidora Jocélia Ferreira da Silva e a Servidora Jackieline Maggi Ananias.

Não se sabe o que levou aos demandantes da AIJE crerem que a Gestão Municipal cometeria tamanha irregularidade no Pleito Eleitoral 2024, colocando em risco uma candidatura que foi praticamente única.

É imperioso informar que este fato infundado já foi objeto de Representação Eleitoral sob o n.º 0600253-55.2024.6.11.0042 e de denúncia no TCE/MT sob o n.º 189.870-1/2024, onde, o Ministério Público Estadual e o Ministério Público de Contas, respectivamente, opinaram pela improcedência, sendo ambos processos arquivados.

Colacionamos em anexo, em mídia digital, da documentação comprobatória solicitada por esta Casa de Leis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 01.614.225/0001-09

Essa Gestão possui o compromisso com a verdade e sempre pautou seus atos pelos princípios que norteiam a Administração Pública.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero votos de estima e consideração, e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Cordialmente,

VALCIR
CASAGRANDE
:55537324920

Assinado de forma digital
por VALCIR
CASAGRANDE:55537324920
Dados: 2024.11.08 08:23:58
-04'00'

VALCIR CASAGRANDE
Prefeito Municipal de Sapezal-MT